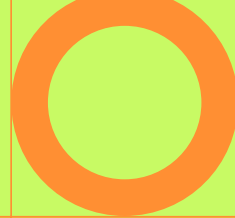


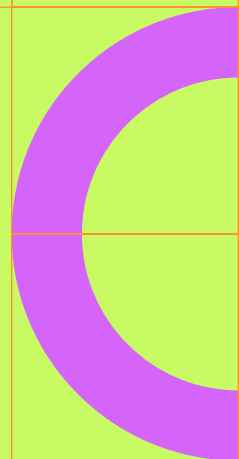
7

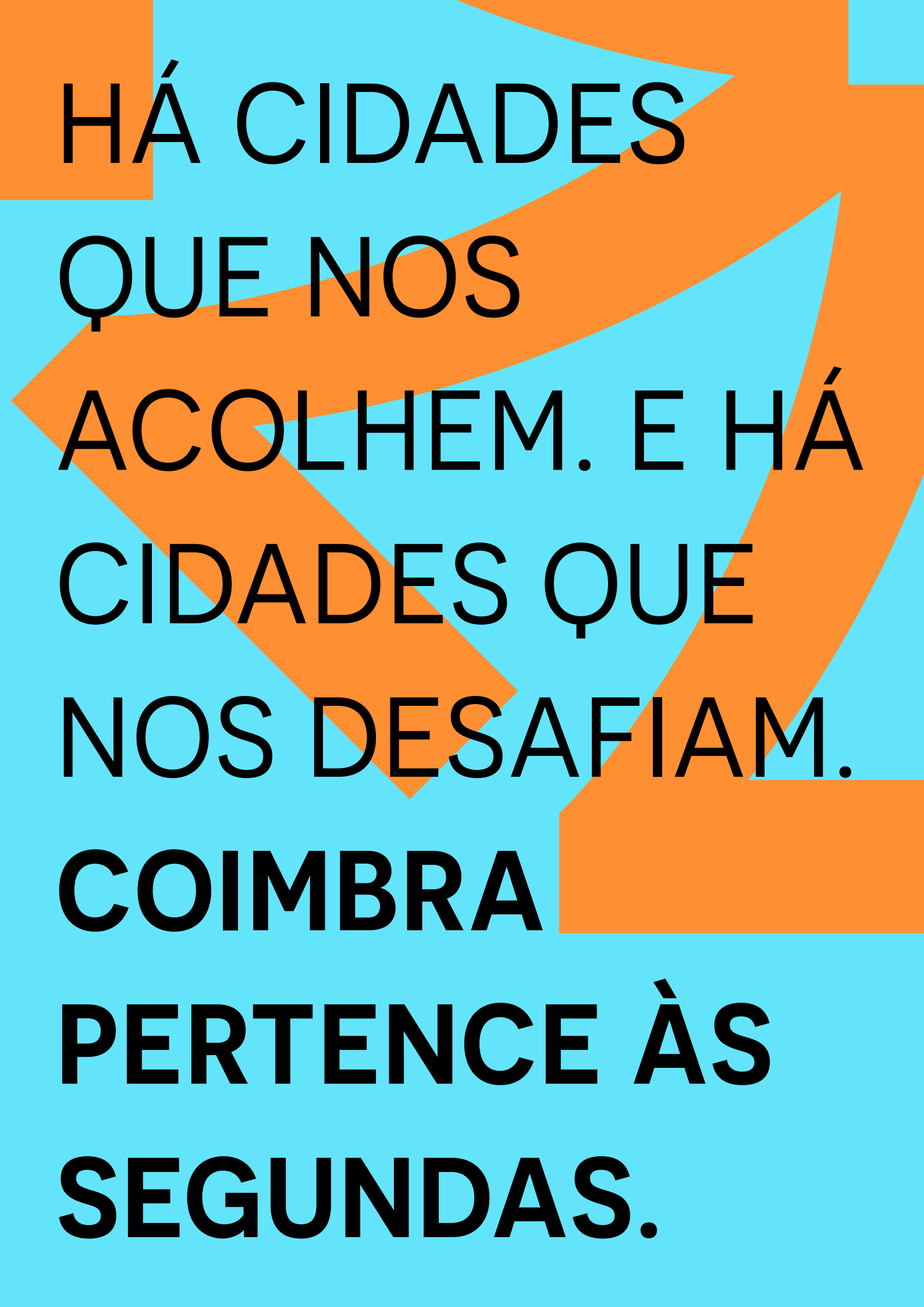
CONGRESSO
ORDEM DOS
PSICÓLOGOS
PORTUGUESES



DISCURSO SESSÃO DE ABERTURA

CONGRESSO.ORDEMDOSPSICOLOGOS.PT





HÁ CIDADES
QUE NOS
ACOLHEM. E HÁ
CIDADES QUE
NOS DESAFIAM.
COIMBRA
PERTENCE ÀS
SEGUNDAS.



Caras e caros colegas, caras e caros convidados,

Associo-me às saudações e aos agradecimentos protocolares expressos pelo Presidente do Congresso e membro da Direção Nacional, Renato Gomes de Carvalho, a quem deixo um agradecimento muito especial pelo trabalho, pela dedicação e pela visão que trouxe a este encontro. Uma visão que pretendeu aproximar os psicólogos entre si, aproximar a Ordem dos seus membros e aproximar a Psicologia das pessoas, dos seus contextos de vida, das instituições e dos decisores.



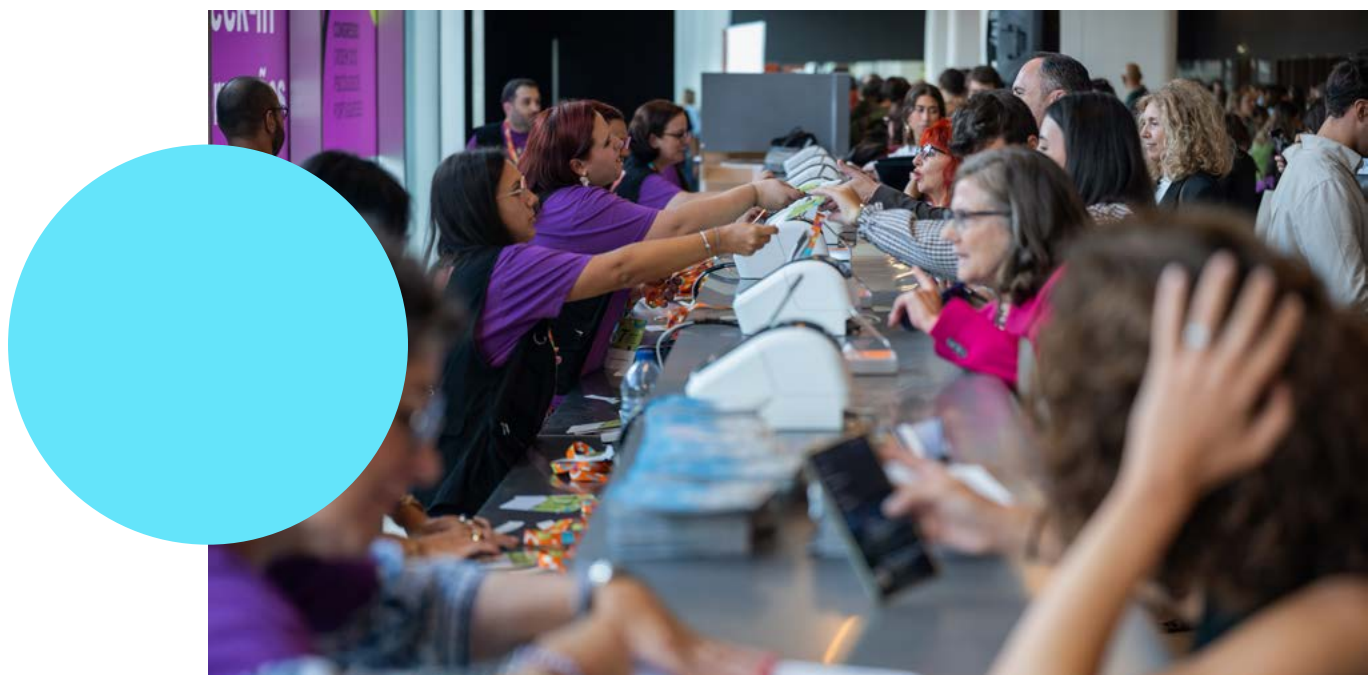
**BEM-VINDOS
A COIMBRA.
BEM-VINDOS
AO NOSSO 7.º
CONGRESSO.**



Há cidades que nos acolhem. E há cidades que nos desafiam. Coimbra pertence às segundas.

Coimbra não é um acaso. É uma escolha. É a cidade do conhecimento, do encontro e da resistência humanista, onde muitas gerações aprenderam que pensar é também cuidar. Hoje, o Convento de São Francisco volta a ser o que Coimbra sempre foi: uma casa aberta para pensar Portugal através das pessoas.

É com emoção, mas sobretudo com um profundo sentido de responsabilidade, que vos acolho no meu primeiro Congresso enquanto Bastonária da Ordem dos Psicólogos Portugueses.



Olho para esta sala e vejo muitos percursos, muitas formas de exercer Psicologia, muitas gerações. Vejo conhecimento, experiência e inquietação. Vejo também o compromisso de uma profissão que, todos os dias, entra na vida das pessoas para ajudar a construir possibilidades, e a transformar a adversidade em projetos de vida com mais propósito.

**É EM NOME DESSA
PROFISSÃO QUE
HOJE VOS FALO.**



Saúdo o Senhor Presidente da República, que, não podendo estar connosco, fez questão de nos dirigir uma mensagem que teremos a honra de escutar nesta sessão.

Saúdo igualmente o Senhor Diretor Executivo do SNS, que representa a Senhora Ministra da Saúde, a quem desejo uma pronta recuperação.

A todos os que tornaram este encontro possível, deixo um reconhecimento sentido.

Aos que nos antecederam na construção da Ordem, o respeito por uma conquista que exigiu persistência, trabalho e dedicação.

Os poderes públicos confiados à nossa Ordem trazem consigo uma responsabilidade: proteger as pessoas, assegurar a qualidade do exercício profissional e dignificar a Psicologia. É com essa consciência que assumo o mandato que os psicólogos me confiaram. Estou aqui para vós e por vós: pelos que querem saber mais, exercer melhor e encontrar condições para cumprir a sua missão; pelos que iniciam o seu percurso e pelos que, há muitos anos, sustentam esta profissão com o seu trabalho. Estou aqui para escutar, representar e defender. Com espírito de missão, dedicação e disponibilidade para os sacrifícios que esta responsabilidade exige, quero honrar o que construímos e abrir caminho ao que ainda precisamos de conquistar.

Miguel Torga, que fez de Coimbra a sua casa, escreveu:

«O UNIVERSAL É O LOCAL SEM PAREDES».

Gostava que esta ideia nos acompanhasse nestes dias. Estarmos próximos das pessoas, dos seus lugares e das suas vidas, com a capacidade de pensar além fronteiras. Reconhecermos que o que fazemos numa escola, numa ULS, num projeto de intervenção social de uma comunidade, num tribunal ou serviço prisional, num clube desportivo, num consultório, numa empresa ou numa família se liga a questões maiores: a dignidade, a liberdade, a justiça, a democracia.



É esse o alcance da Psicologia. E é dessa responsabilidade que este Congresso deve partir.

As pessoas ouvem falar cada vez mais de saúde mental, mas nem sempre encontram a resposta de que precisam, quando mais precisam.

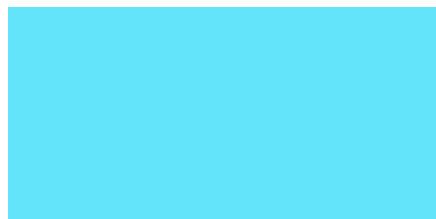




Vivemos de transformações digitais que alteram a forma como aprendemos, trabalhamos e nos relacionamos. De desigualdades que limitam oportunidades desde a infância. De envelhecimento, solidão, violência e incerteza. De crises e catástrofes, ou outros acontecimentos críticos, que deixam marcas muito para além do momento em que deixam de ser notícia.

Estamos sujeitos a tentativas de polarização que podem tornar a convivência mais difícil e lemos diariamente desinformação que torna a nossa capacidade de decisão cada vez menos livre.

Perante estes desafios, a Psicologia tem uma responsabilidade pública. Produzir literacia. Compreender contextos. Prevenir o sofrimento. Promover o Desenvolvimento das pessoas. Ajudar pessoas, organizações e decisores a fazer escolhas, e a fazê-las mais informadas.



Essa responsabilidade pertence a toda a Profissão.

Aos psicólogos da clínica e da saúde, da educação, do trabalho, das organizações e da intervenção social e comunitária. Aos que trabalham na justiça, no desporto, nas emergências, na investigação e no ensino. Aos que intervêm na infância e adolescência, na vida adulta e no envelhecimento. Aos que exercem nos serviços públicos, no setor social, em entidades privadas ou por conta própria. No continente e nas regiões autónomas.

Cada contexto tem as suas exigências próprias. Todos fazem parte da mesma missão.



Quero que cada psicóloga e cada psicólogo saiba que tem lugar nesta Ordem. Que o seu trabalho conta. Que as suas dificuldades são escutadas. E que a valorização da profissão tem de chegar também a quem trabalha longe dos grandes centros, sózinho, em equipas pequenas ou em contextos onde o seu contributo permanece pouco visível.

Porque a importância social da Psicologia não pode continuar a coexistir, como se fosse aceitável, a fragilidade das condições em que tantos psicólogos trabalham.

Contratos incertos. Remunerações desadequadas. Acumulação de funções. Falta de tempo, de recursos e de condições para supervisão e desenvolvimento profissional. Responsabilidades elevadas com condições muitas vezes insuficientes, intermitentes ou temporárias, muitas vezes muito mais que insuficientes.

Não podemos pedir aos psicólogos que assegurem continuidade quando a sua própria vida profissional é feita de interrupções, de precariedade.

Não podemos pedir-lhes que promovam segurança quando trabalham permanentemente na incerteza.

Defender condições dignas de exercício é defender a qualidade do serviço que prestamos às pessoas. É defender o interesse público. É defender a saúde pública.

Como canta Luiz Goes, uma das grandes vozes do Fado de Coimbra, na Balada do Desistir:

**“E SE ME DER NA
VENETA, DESISTIR É
QUE NÃO VOU.”**



Digo-vos com solenidade: investimos e investiremos e não desistimos; não desistiremos.

Somos uma Ordem próxima, exigente na defesa da profissão e determinada a transformar o reconhecimento em condições concretas. Leva tempo. Leva muito tempo.

Os números ajudam-nos a compreender o caminho.

Os números traduzem o trabalho de levar a Psicologia aos lugares onde se discutem necessidades, se constroem respostas e se tomam decisões.



Mas os números têm de nos tornar mais responsáveis pelo que ainda falta fazer.

Mais estágios profissionais iniciados não significam que todos tenham conseguido entrar. Mais presença institucional não significa que todas as propostas tenham sido concretizadas. Mais reconhecimento público não significa que todos os profissionais trabalhem em condições dignas.

A profissão precisa de todos nós. O país precisa do que temos para dar. A Ordem está de mãos dadas na construção dessa oportunidade.



Senhor Diretor Executivo do SNS, aqui também em representação da Senhora Ministra da Saúde, pf entregue-lhe o pedido claro que hoje lhe dirijo: que seja desencadeado um processo de revisão dos Estatutos da Ordem dos Psicólogos Portugueses, desta feita com democrática participação da Ordem. A ausência de escuta obriga-nos a sofrer dos efeitos concretos das alterações introduzidas em 2023.

Em particular, precisamos de soluções que tornem efetivamente possível o acesso ao estágio profissional nos serviços públicos, mantendo a dignidade da remuneração (tal e qual como num primeiro emprego), e a qualidade da formação e da prática supervisionada. Só assim podemos integrar um quadro europeu comum de competências, e obter o Certificado Europeu de Psicologia, Europsy.

Precisamos de ampliar as oportunidades de estágio profissional nas ULS, nas escolas, na assessoria aos tribunais, no setor social e comunitário.

Não basta ao Governo alterar os Estatutos das Ordens com o propósito de facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho: tem de assumir a responsabilidade de criar condições para que esse acesso aconteça. Essa responsabilidade não pode ser transferida para as Ordens Profissionais e para as entidades privadas, sem um investimento correspondente na abertura de vagas nos serviços públicos. É também necessário reconhecer a especificidade do exercício liberal da profissão, em que a atividade e as oportunidades de prática supervisionada não se organizam de forma uniforme. A qualidade desse percurso exige uma avaliação das competências e da experiência efetivamente adquiridas, que não se esgota numa contagem de meses.

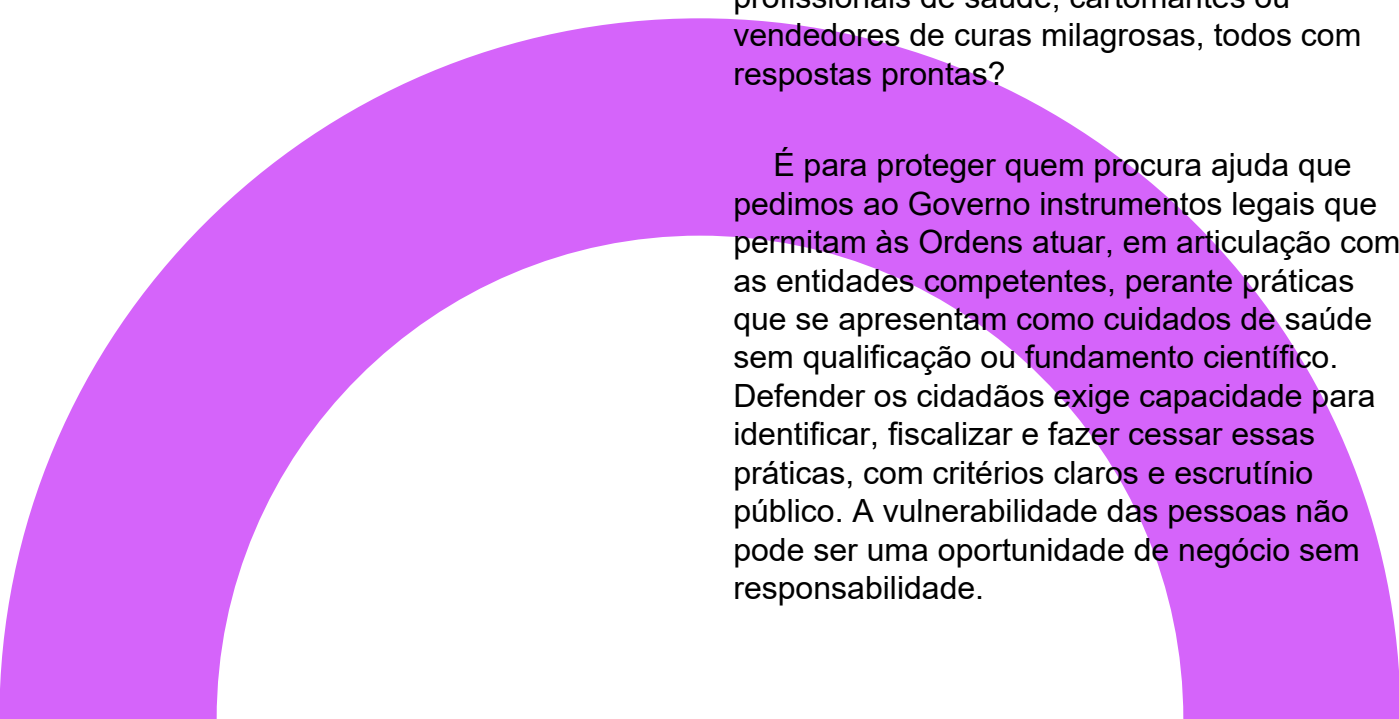




Peço-lhe que esta revisão tenha um caminho de trabalho e um calendário. A Ordem está disponível para contribuir com conhecimento, propostas e responsabilidade.

No centro desta responsabilidade estão os cidadãos. Quem procura apoio para tomar decisões, desenvolver competências ou enfrentar uma situação de vulnerabilidade tem o direito de confiar na qualificação de quem o acompanha, na evidência científica que sustenta a intervenção e na responsabilidade ética do profissional.

Temos o dever comum de enfrentar práticas sem fundamento que podem atrasar cuidados, agravar sofrimento ou explorar vulnerabilidades. Senão, perguntemos: para quê procurar um psicólogo, se não faltam falsos coaches, terapeutas de tudo, técnicas de psicoterapia praticadas por não profissionais de saúde, cartomantes ou vendedores de curas milagrosas, todos com respostas prontas?



É para proteger quem procura ajuda que pedimos ao Governo instrumentos legais que permitam às Ordens atuar, em articulação com as entidades competentes, perante práticas que se apresentam como cuidados de saúde sem qualificação ou fundamento científico. Defender os cidadãos exige capacidade para identificar, fiscalizar e fazer cessar essas práticas, com critérios claros e escrutínio público. A vulnerabilidade das pessoas não pode ser uma oportunidade de negócio sem responsabilidade.

Senhora Ministra,

A missão pública da Psicologia atravessa todas as políticas.

A saúde constrói-se também nas condições de habitação, na escola, no trabalho, nas relações sociais, nos ambientes digitais e nos territórios onde vivemos.

Uma decisão pode facilitar o desenvolvimento ou pode ampliar a desigualdade. Pode promover confiança ou pode produzir insegurança. Pode prevenir sofrimento ou pode transferir para os serviços de saúde problemas que poderiam ter sido evitados.

É por isso que defendemos saúde em todas as políticas.

Senhor Diretor Executivo do SNS,

Peço-lhe que leve à Senhora Ministra da Saúde o nosso apelo a três compromissos finais, concretos:

Garantir aos cidadãos acesso gratuito e em tempo útil a serviços de Psicologia no setor público e social, com mais Profissionais, com condições dignas, e financiamento estáveis e permanentes, como permanentes são as necessidades dos cidadãos que nos procuram;

Construir um Plano Intersectorial de Saúde Mental, que resista aos ciclos políticos e integre a ciência psicológica na prevenção e na promoção da saúde nas escolas, no trabalho, nas famílias e nas comunidades, com financiamento plurianual, metas comuns e avaliação de resultados. Entregamos uma proposta concreta para o Orçamento de Estado, e estamos disponíveis para ajudar a operacionalizá-la e a cumpri-la;





Integrar a saúde e o bem-estar dos profissionais nas políticas das empresas, mas também na governação das organizações (de saúde, de educação), com avaliação regular dos riscos psicossociais, planos de ação e responsabilidades definidas.

Três compromissos com recursos, metas e calendário, para que o acesso, a proteção e o cuidado se traduzam em respostas concretas.

A prevenção precisa de decisões tomadas a tempo. E de compromissos que resistam à mudança dos ciclos políticos.

É essa perspetiva que atravessa os próximos dias.



Caras e caros colegas,

Hoje, em Coimbra, abrimos mais do que um programa de trabalhos. Abrimos um espaço para pensar o país que queremos ajudar a construir e o lugar que a Psicologia deve ocupar nessa construção.

Um país onde pedir ajuda encontre resposta. Onde prevenir seja uma prioridade. Onde o conhecimento informe as decisões. Onde os jovens tenham oportunidade de começar e os profissionais tenham condições para continuar.



É esta a ambição que vos proponho.

Que a proximidade nos mantenha atentos às pessoas.

Que a perspetiva nos permita ver mais longe.

Que o pensamento nos dê a coragem de decidir e agir com responsabilidade.

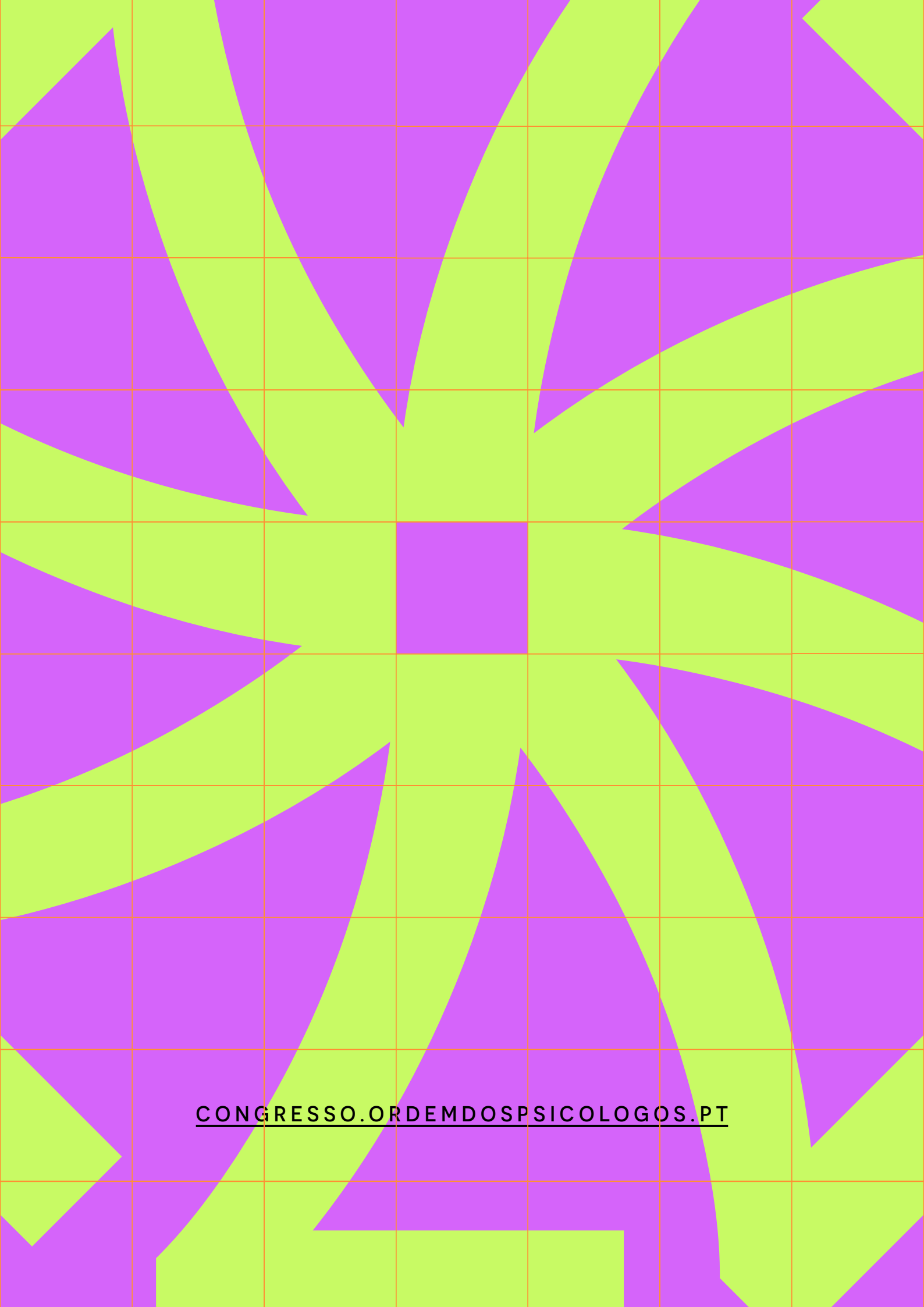
E que saíamos de Coimbra com uma voz mais clara, uma responsabilidade mais partilhada e uma capacidade maior de transformar o que sabemos naquilo que fazemos.

Como cantou José Afonso (Zeca Afonso), que também aqui em Coimbra encontrou um lugar de formação e de descoberta da sua voz..., numa canção que nos convida ao encontro...

**“AMIGO
MAIOR QUE O
PENSAMENTO
POR ESSA ESTRADA
AMIGO VEM”**

**Declaro, com emoção, aberto o 7.º
Congresso Nacional da Ordem dos
Psicólogos Portugueses.**

MUITO OBRIGADA.

The background features a light purple grid overlaid on a darker purple field. Large, organic, light purple shapes resembling stylized leaves or petals radiate from the center, creating a complex, layered pattern.

CONGRESSO.ORDEMDOSPSICOLOGOS.PT